

COORDENAÇÃO

Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa

Representações do Campo de Batalha em Portugal (1521-1621)

Imagens e textos



REPRESENTAÇÕES
DO CAMPO DE BATALHA
EM PORTUGAL

(1521-1621)

IMAGENS E TEXTOS

Ana Paula Avelar
Luís Costa e Sousa
(Coordenação)

REPRESENTAÇÕES
DO CAMPO DE BATALHA
EM PORTUGAL

(1521-1621)

IMAGENS E TEXTOS



Edições Colibri

Obra publicada ao abrigo do projeto “*De Re Militari: Da escrita da guerra à imagem do campo de batalha no espaço português (1521-1621)*” (PTDC/ART-HIS/32459/2017), financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e com o apoio do CHAM-NOVA/FCSH, através do projeto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020).

Título: Representações do Campo de Batalha em Portugal (1521-1621):
Imagens e Textos

Coordenação: Ana Paula Avelar e Luís Costa e Sousa

Editor: Fernando Mão de Ferro

Capa: Raquel Gil Ferreira

Imagem da capa: Pormenor de Anónimo flamenco. *El cerco de París* (1.º quartel do séc. XVII), MSLE, *Patrimonio Nacional*, Inv. 10014926

ISBN 978-989-566-233-3

Depósito legal n.º 524 750/23

Lisboa, julho de 2024

Esta obra encontra-se em acesso aberto.

ARMAS DE FOGO INDIVIDUAIS PORTUGUESAS NA ÁSIA

André Murteira
(CHAM – NOVA/FCSH)*

Roger Lee de Jesus
(FLUC/CHSC)**

As armas de fogo individuais são um assunto pouco tratado pela historiografia militar dos portugueses na Ásia. Pode parecer paradoxal, dada a importância quase sempre atribuída às armas de fogo na expansão lusa no Oriente, e na expansão europeia em geral. O caso português é tradicionalmente invocado por defensores de uma superioridade militar europeia assente nas armas de fogo (Cipolla, 1965; Parker, 1996). Contudo, a maior parte da historiografia tem-se concentrado nos episódios clássicos da história militar portuguesa na Ásia, que foram, maioritariamente, batalhas navais em mar aberto e cercos a fortalezas costeiras. São estes os eventos centrais no que continua a ser a narrativa aceite da história militar do chamado *Estado da Índia* (o conjunto das possessões lusas, na África Oriental e na Ásia) (Subrahmanyam, 1993; Newitt, 2005; Disney, 2009).

No auge do seu poder, no século XVI e na primeira metade do século XVII, o *Estado* consistia, sobretudo, numa rede de enclaves costeiros fortificados que ia de Moçambique ao Sul da China e aos confins orientais da atual Indonésia. A visão estabelecida é a de que a maneira que os portugueses encontraram de contrariar a sua inferioridade numérica foi, no mar, o emprego de grandes veleiros redondos bem artilhados, e, em terra, a construção de fortalezas costeiras abastecíveis por mar e defendidas das multidões além das muralhas pela mesma artilharia que tornava os navios portugueses superiores (Rodrigues, 2004). Ou seja, nos dois casos, as armas de fogo eram, de facto, cruciais,

* <https://orcid.org/0000-0001-8814-5981>.

** <https://orcid.org/000-0002-8560-4190>.

mas estas armas eram canhões, não armas de fogo individuais. Por trás das amuradas dos navios e das muralhas das fortalezas, arcabuzes e mosquetes tinham apenas um papel auxiliar em relação à artilharia.

Este foco em navios, fortalezas e canhões fez do caso português um bom exemplo para o modelo da “revolução militar” de Geoffrey Parker, baseado nestes três elementos, a par das mudanças no emprego das armas de fogo individuais devidas à introdução das chamadas táticas de tiro sincronizado (*volley-fire tactics*) (Parker, 1996). Estas táticas de *volley-fire* já tinham estado no centro do primeiro modelo de revolução militar, proposto por Michael Roberts, na década de 1950 (Roberts, 1995). Ao contrário de Parker, Roberts, se alguma vez tivesse olhado para o caso português, não teria encontrado muito que pudesse interessá-lo. Devido aos seus poucos números, os portugueses evitavam grandes batalhas campais, onde o efeito das armas de fogo individuais poderia ter sido maior. As ações de infantaria das suas tropas tendiam a ser surtidas de pequena escala, muitas vezes em operações anfíbias relâmpago. Embora arcabuzeiros estivessem sempre presentes, não atuavam em coordenação estrita com corpos de lanceiros, como nas formaturas compactas e disciplinadas então em uso na Europa Ocidental. Aquele tipo do que podemos chamar guerra irregular não era propício a práticas condutivas ao desenvolvimento de táticas de *volley-fire*.

Fatores não operacionais podem também ter contribuído para esta situação, nomeadamente a prática corrente de ter os soldados mantidos como dependentes de altos oficiais nobres, em vez de servirem, de maneira continuada, num verdadeiro exército regular e permanente (Rodrigues, 2004: 219-23)¹. Isso tornava mais difícil o treino sistemático das tropas e favorecia cadeias de comando pouco efetivas e disciplina deficiente, em geral.

O século XVI assistiu a uma série de tentativas falhadas de desenvolver um sistema de “ordenanças”, isto é, formaturas mistas de lanceiros e arcabuzeiros regularmente treinadas e com hierarquia de comando bem definida (Rodrigues, 1994). Três dos mais famosos proponentes deste sistema foram o governador Afonso de Albuquerque (1509-1515) e os vice-reis D. João de Castro (1545-1548) e D. Luís de

¹ Um documento da primeira metade do século XVI lista os nomes e outras ocupações de cerca de 200 “espingardeiros”, ao serviço, em Goa. Mostra que alguns deles eram também artífices especializados, como sapateiros, pedreiros e carpinteiros (ANTT, Fragmentos, cx. 5, mç. 1, n.º 26).

Ataíde (1568-1571, 1578-1580). Trata-se de três dos mais celebrados heróis militares do *Estado da Índia*, com Albuquerque em lugar de destaque (Pelúcia, 2016; Garcia, 2017; Jesus, 2021; Vila-Santa, 2015). Vistos como os maiores comandantes do seu tempo, ganharam fama enquanto criticavam e tentavam substituir o sistema de infantaria existente, o que contribuiu para uma certa “má reputação” da infantaria portuguesa na Ásia. Em geral, tem sido considerada como falha de disciplina quando comparada com os modelos então prevaletentes na Europa (Bebiano, 2004a: 50-52; Costa, 2004: 97-99; Hespanha, 2004: 19-20).

Convém notar que esta era já uma opinião corrente, ao tempo, entre alguns setores portugueses. O “eurocentrismo” militar, na verdade, foi um sentimento persistente em Portugal, no período. Embora o país tivesse logrado criar um império colonial considerável no século XVI, fê-lo enquanto se mantinha afastado de conflitos na Europa. Isto distinguia-o de poderes coloniais europeus similares, como a Monarquia Hispânica e, mais tarde, a República Neerlandesa, criando uma curiosa insegurança quanto aos seus sucessos de armas além-mar. Já no século XVI, alguns denegriam os feitos dos seus compatriotas na Índia, desqualificando os seus adversários como “negrinhos nus & sem armas” (Castanheda, 1979: 794). E, no século seguinte, D. Francisco Manuel de Melo aventou, pioneiramente, que os portugueses tinham ficado atrás dos seus vizinhos europeus, por apenas travarem guerras fora da Europa (Sérgio, 1958: 31-34).

Melo, um servidor cosmopolita da Monarquia Hispânica, foi um exemplo típico dos militares portugueses que serviram na Europa. Já no século XVI os tinha havido, normalmente veteranos dos exércitos da Monarquia Hispânica. No entanto, o período da chamada União Ibérica (1580-1640) aumentou as oportunidades para este tipo de serviço. A participação na guerra contra a República Neerlandesa, na Flandres, era vista como especialmente prestigiosa. Esta guerra adquiriu, então, o estatuto de guerra “modelar”, contra a qual se media todos os outros conflitos (Cruz, 2018).

Os tratados militares portugueses refletiam esta situação. Seguiam de perto modelos espanhóis e italianos e, como tal, refletiam pouco da experiência militar portuguesa dominante, que ocorria fora da Europa. O seu pequeno número, por um lado, e a sua natureza muitas vezes derivativa, por outro, levou historiadores a vê-los como um sinal do atraso militar português, em termos europeus (Bebiano, 2004a). Luís Costa e Sousa questionou esta assunção, salientando que alguns trata-

dos e textos similares têm sido negligenciados (Sousa, 2013). No entanto, permanece o facto de que este corpo de textos oferece pouca informação sobre as práticas militares portuguesas fora da Europa. As duas exceções principais não são tratados militares, no sentido estrito da expressão, mas, antes, dissertações políticas e morais sobre assuntos militares: o *Primor e honra da vida soldadesca no estado da Índia*, escrito, provavelmente, na década de 1570; e a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*, redigida por volta de 1600 (Pereira e Cruz, 2003; Silveira, 1996).

O mais notável dos dois é a *Reformação da milícia e governo do Estado da Índia Oriental*. O autor, Francisco Rodrigues Silveira, era um antigo soldado que servira na Ásia, entre 1586 e 1598. Escrito como uma denúncia da situação do *Estado da Índia*, o texto pinta um retrato dramático de declínio militar e político. Entre as causas, avultava a suposta falta de disciplina da infantaria. Alegava-se que as tropas do *Estado*, ávidas de botim e de glória, apenas competiam entre si por saques e fama, em vez de atuarem coordenadamente. Este era um tópico recorrente nas críticas às tropas portuguesas na Ásia, mas poucos o terão expresso com tanta força como Silveira. A *Reformação* deve ser vista como a obra de um polemista, uma espécie de versão militar do *Soldado Prático*, de Diogo do Couto (Couto, 1980; Couto, 2001).

O livro de Couto, uma denúncia da corrupção no *Estado da Índia* na segunda metade do século XVI, foi, provavelmente, o responsável principal pela reputação póstuma de “decadência” portuguesa na Ásia. Historiadores viram-no como criador de uma “lenda negra” de declínio, comparável à *leyenda negra* sobre Espanha (Winius, 1985). Apesar do título, não contém muito sobre matérias militares. No entanto, Silveira e, em menor grau, o autor anónimo de *Primor e honra...*, preenchem essa lacuna, pintando um retrato de decadência militar assente no defeito fundamentalmente moral da indisciplina.

O posterior colapso militar do *Estado*, entre as décadas de 1630 e 1660, pareceu dar-lhes razão, sobretudo devido ao contributo central nesse colapso da Companhia das Índias Orientais neerlandesa (*Vere-nigde Oost-Indische Compagnie*, ou VOC), fundada em 1602. Em 1617, o rei Filipe III (II de Portugal) frisara a necessidade de organizar as tropas lusas no Oriente segundo modelos europeus, agora que enfrentavam tropas neerlandesas bem disciplinadas (Pato, 1893: 168-69 e 287-88). Entre 1638 e 1663, a VOC, em conjugação com vários aliados asiáticos, tomou todas as posições portuguesas no Ceilão e no Malabar,

no Sueste da Índia, a par do posto estratégico de Malaca, na Península Malaia. O facto de a companhia ser um poder militar norte-europeu – criado no mesmo país e período em que Maurício de Nassau desenvolveu a tática do *volley-fire* – contribuiu para a sua reputação de “modernidade” militar – confirmando, por oposição, a visão do derrotado *Estado da Índia* como um poder atávico e decadente.

O *Soldado Práctico* e as suas visões associadas de decadência têm sido muito criticados ultimamente (Thomaz, 1995; Subrahmanyam, 1993: 115-16). Devido a este “revisionismo”, a visão tradicional de um *Estado da Índia* em pré-declínio, antes da chegada da VOC à Ásia, é hoje aceite por poucos. Contudo, um revisionismo similar não parece ter ainda chegado ao campo específico da história militar².

A intenção por trás do excursus historiográfico acima foi mostrar que a falta generalizada de interesse pelo tema das armas de fogo individuais, na história do *Estado da Índia*, teve duas razões: por um lado, a concentração da historiografia na guerra naval e de cerco, vistas como os campos onde os portugueses foram mais inovadores, devido ao emprego de artilharia; por outro, a “má reputação” da infantaria portuguesa na Ásia, vista, pelo contrário, como um corpo indisciplinado e apegado a formas atávicas de guerra irregular. Enquanto preparávamos este artigo, deparámo-nos, assim, com uma ausência quase completa de estudos detalhados e confiáveis sobre o tema.

Será que a importância das armas de fogo individuais para o *Estado da Índia* foi tão limitada como o desinteresse da historiografia pelo tema sugere? Eis algo que precisa de ser melhor analisado. Os historiadores tendem a valorizar o que lhes parece, retrospectivamente, revolucionário, como tem sido o caso com os navios, fortalezas e artilharia portugueses do século XVI. Mas o facto de as armas de fogo individuais não terem sido empregues de um modo similarmente inovador não quer dizer que elas não fossem importantes e efetivas, para os seus utilizadores. A este respeito, partilhamos as ideias de Jeremy Black sobre a adequação aos objetivos (*fitness for purpose*) ser o melhor padrão para aferir a efetividade militar, não a adequação a modelos evolutivos ou revolucionários (Black, 2020).

Parece, por exemplo, difícil explicar a consistente alta procura destas armas por parte do *Estado*. Na primeira lista conhecida de armamento português na Ásia, de 1502, elas estavam ainda abaixo das

² Cf. Murteira, 2020.

bestas, embora não por muito, mas, vinte e cinco anos depois, as bestas eram já marginais, embora o vice-rei da altura escrevesse para Lisboa, pedindo, insistentemente, mais armas de fogo (Rodrigues, 2008: 53). Por volta da mesma época, só as tropas adstritas às armadas, fora das fortalezas, contavam 200 arcabuzeiros, distribuídos por cerca de 60 navios (Pissarra, 2016: 380). O vice-rei recebeu da Europa cerca de 300 das armas que pedia e achou pouco. Note-se que os portugueses já possuíam então capacidade para fabricá-las localmente. Logo após tomarem, na Índia Ocidental, a sua futura capital, Goa, tinham descoberto que os fundadores locais podiam produzir armas de fogo tão boas como as da Boémia alemã (Rodrigues, 2008: 53)³. Apesar de abastecidos localmente, continuaram, no entanto, a pedi-las à Europa, e, meio século depois, em 1581, receberam mais de 800. Se a sua importância era tão limitada, porque continuavam a precisar de tantas?

A falta de dados torna difícil estimar os verdadeiros números de armas de fogo individuais à disposição do *Estado*. Em 1546, encontrou-se cerca de 300, no Arsenal de Goa, a maior parte danificadas (Jesus, 2016). Um inventário de 1553 listava 150 (Jesus e Castro, 2014). Este número pecava, de certeza, por defeito, pois a maior parte das armas repartiam-se pelos arsenais de Ormuz e Diu, quando existiam outras posições de igual importância, onde haveria outras. Diga-se que há também muitas incertezas quanto aos efetivos militares portugueses na Ásia, em geral. Uma das estimativas mais citadas é de meados do século XVI, do vice-rei D. João de Castro, que aventou um número de 2 500 homens, no máximo (Castro, 1976: 30). Se aceitarmos que, pelo menos, um terço estaria armado de arcabuzes ou mosquetes, chegamos a um número de pouco mais que 800. Independentemente destas estimativas, contudo, é sabido que, tanto os homens como as armas mobilizáveis pelo *Estado*, iam além daqueles que estavam ao serviço. Os civis portugueses aptos, os chamados *casados*, constituíam uma força habilitada a servir em emergências. E todas as fontes concordam que as armas de fogo detidas por privados abundavam nas comunidades civis.

Outro ponto digno de nota é que, se aceitamos que estas armas não eram usadas de um modo inovador, é porque é isso o que a maior parte dos historiadores nos diz. Já frisámos, no entanto, que o tema não tem

³ Ver historiografia sobre história militar indiana que contradiz a ideia de que o armamento europeu seria sempre de qualidade superior (Khan, 2004; Balasubramaniam, 2008).

sido estudado a fundo. Algumas fontes pouco conhecidas, mas intrigantes, parecem descrever uma situação mais complicada. É o caso de um tratado militar obscuro, escrito numa data incerta, antes de 1578⁴. Sabe-se pouco do seu autor, Martim Afonso de Melo, a não ser que serviu como oficial de infantaria na Ásia e em Marrocos. Tratava-se, portanto, de um representante típico do oficialato militar português, o qual, no tocante a armas de fogo individuais, estaria, segundo a visão historiográfica tradicional, “atrasado” em relação aos seus congéneres da Europa ocidental. Todavia, como Luís Costa e Sousa assinalou, o tratado inclui uma notável descrição do que parece ser, pelo menos, uma prototática de *volley-fire* (Sousa, 2013: 315-62 e 812). Segue-se um breve extrato:

A outra maneira de escaramuça he sahir a primeira fileira de guarniçaõ junta, e vay tirar, e em se recolhendo, vay a segunda, e poem-se no posto, e a que vem se mete debaixo dos piques para alli carregar, e em se recolhendo a segunda, sahe a terceira a fazer o mesmo; e sempre deita maneira sahindo huma, e entrando outra, anda huma roda viva de fogo; mas sempre haõ de aguardar huns pelos outros, e a que se recolhe, ha-se de meter de traz de todos pegado aos piques: alli deve carregar, e dar lugar á que vier, que se meta de traz delle. (Melo, 1948: 258-59)

Sabemos que, só para a Europa, há quem reivindique a precedência ou de espanhóis ou de otomanos na descoberta do *volley-fire*, antes do seu emprego por tropas neerlandesas, por volta de 1600 (González de León, 2004: 28, 34; Börek, 2006). Existem reivindicações semelhantes para a China, para o Japão e para a Coreia (Andrade, 2016: 166-87). Se o texto acima estiver de facto a descrever uma técnica de *volley-fire*, mostrará que havia também oficiais portugueses cientes deste novo tipo de tática, embora não se conheça, até agora, traços da sua implementação.

Outro aspecto onde a visão historiográfica estabelecida parece por vezes rebatível é na capacidade da infantaria portuguesa de operar em formatura. Vimos em cima que a necessidade sentida de contar com tropas mais disciplinadas e treinadas esteve por trás de uma série de tentativas falhadas de implementar um sistema de “ordenanças”. Mas

⁴ A edição *online* do tratado de Martim Afonso de Melo, realizada no âmbito do projeto “*De Re Militari*” (PTDC/ART-HIS/32459/2017), pode ser consultada no *link* <https://run.unl.pt/handle/10362/155276>.

estes falhanços não têm de querer dizer que nenhuma tropa portuguesa fosse capaz de actuar nas formaturas prescritas na Europa. Exemplos isolados atestam-no, como no caso de uma expedição à Etiópia na década de 1540, estudada por Luís Costa e Sousa (Sousa, 2008). Por volta da mesma altura, um veterano de Marrocos reportava ao Vice-Rei D. João de Castro ter logrado treinar os seus homens para operarem em formaturas como o “caracol” e o “esquadrão fechado” (Lalande, 1983: 533).

O desinteresse da historiografia pelas armas de fogo individuais é especialmente visível no caso das possessões territoriais do *Estado da Índia*. Como dissemos antes, o *Estado* consistia, sobretudo, numa rede de enclaves costeiros fortificados. Havia, porém, exceções. A chamada “Província do Norte”, no Noroeste da Índia, era uma. Estendia-se de Chaul a Damão e continha domínios territoriais extensos, cujas terras eram atribuídas à nobreza portuguesa local e a antigos soldados. Os proprietários estavam obrigados a contribuir para a defesa do território com contingentes de cavalaria e de arcabuzeiros, o que mostraria, presumivelmente, a importância das armas de fogo individuais na guerra local (Mendiratta, 2012).

Outra exceção, mais importante, era Ceilão, devido aos extensos domínios adquiridos pelos portugueses na ilha, no fim do século XVI. Desde o momento em que se tornaram um poder territorial importante, viveram numa situação quase permanente de guerra com o reino cingalês interior de Kandy, primeiro, e com os neerlandeses da VOC, depois de 1638 (Winius, 1971; Flores, 2001). Embora o tema não tenha sido ainda bem estudado, a infantaria lusa no Ceilão estaria mais presente fora das fortalezas do que era o seu hábito alhures na Ásia. João Ribeiro, um veterano de Ceilão, afirmou, no século XVII, que o arcabuz era a arma principal na ilha (Ribeiro, 1836: 82). Ribeiro e o padre Fernão Queiroz são as duas fontes principais para a história da presença portuguesa em Ceilão. Queiroz corroborou a afirmação do militar sobre o arcabuz, explicando a primazia deste pela dificuldade de movimentar artilharia através das selvas do interior (Queiroz, 1916: 77).

É importante notar que não eram apenas europeus a empregar armas de fogo. Ribeiro declarou que o *Estado da Índia* tinha cerca de 4 000 arcabuzeiros cingaleses ao seu serviço. Os seus congéneres portugueses seriam, portanto, minoritários. Não espanta, assim, que tentativas repetidas de conquistar Kandy falhassem, devido a deserções em massa das tropas cingalesas nas fileiras portuguesas. Além disso, o outro lado, Kandy, também contava com as mesmas armas. Ribeiro

conta-nos que tinha 5 000 arcabuzeiros nas suas hostes (Ribeiro, 1836: 47-48). Segundo as fontes lusas, tal teria constituído uma transformação radical da cultura militar do reino do interior, que não teria conhecido as armas de fogo antes de contactar os portugueses. Queiroz lamenta amargamente que a sua conquista haja sido tentada tarde. Devia tê-lo sido antes, quando, em Kandy, ainda não sabiam empregar bem as novas armas. Noutra passagem, refere o tempo em que os cingaleses teriam aprendido a formar esquadrões, a erguer estruturas militares e a empregar o arcabuz e a lança, depois de entrarem em contacto com os portugueses (Queiroz, 1916: 54, 881).

Outro aspeto digno de menção, no caso de Ceilão, é a subcontratação da manufatura de arcabuzes e mosquetes, e também de lanças, a uma rede de fundadores locais sediados em aldeias de regiões do interior ricas em ferro. A produção nunca foi muito alta, e, nas décadas de 1610 e 1620, rondaria as 250-300 armas de fogo por ano. As autoridades em Goa estavam certas que os fundadores não só podiam produzir mais, como o faziam, contrabandeando esta produção para o Sul da Índia, com a colaboração de altos oficiais portugueses (Pirani, 2016: 81-86). É interessante ver o interior de Ceilão assim transformado num centro exportador de armas de fogo, se pensarmos que ainda não seriam conhecidas sequer, quando começou a ser visitado pelos portugueses, em meados de Quinhentos. Pelo menos, é isso que afirmam as fontes lusas, que lamentam também ter-se ensinado, depois, os cingaleses a fabricar e empregar as novas armas, dando-lhes os instrumentos para repelir as tentativas portuguesas posteriores para subjugar o interior da ilha (Lalande, 1983: 88-89).

A ideia de que a tecnologia militar portuguesa não devia ser ensinada a asiáticos era corrente, na época. O autor anónimo do *Primor e honra...*, já mencionado em cima, afirmou-o claramente, e a propósito de Ceilão: “não tão-somente ensiná-los é prejudicial, mas também usarmos tudo o que sabemos quando eles o podem aprender de nós, portanto, o devemos deles esconder” (Pereira e Cruz, 2003, 170). Não obstante, tais transferências de conhecimento ocorriam amiúde, fosse pelo emprego de soldados ou artífices asiáticos pelo *Estado da Índia*, ou pela circulação de armas e mercenários portugueses pelos mercados militares asiáticos.

Verificamos, portanto, que as armas de fogo individuais têm sido um assunto negligenciado na história militar dos portugueses na Ásia, no seu sentido mais restrito, isto é, na história do *Estado da Índia*. No entanto, a história dos portugueses no Oriente não se confina à história

do *Estado*. Autores como George Winius, Luis Filipe Thomaz, Sanjay Subrahmanyam e Jorge Flores chamaram a atenção para a importância da presença lusa além das suas fronteiras oficiais (Winius, 2001; Thomaz, 1994; Subrahmanyam, 1993; Flores, 1998). Esta presença era especialmente significativa nas regiões a leste de Ceilão. Era aí que a presença oficial do *Estado* era mais escassa (o grosso das suas posições concentrava-se na costa ocidental indiana e em Ceilão). A escassez era, porém, compensada por uma forte presença de privados, baseada em extensas diásporas mercantis, missionárias e militares.

Os agentes privados portugueses que mais atraíram a atenção dos historiadores foram, por um lado, os mercadores e, por outro, os missionários. Os mercenários formam um importante terceiro grupo, cujo estudo tem sido muito negligenciado. Não são fáceis de distinguir do primeiro, pois mercador e mercenário eram posições facilmente intercambiáveis. O mesmo se aplicava a um quarto grupo, o dos piratas, ativos, sobretudo, no Golfo de Bengala (Pelúcia, 2010)⁵. As armas de fogo individuais e os arcabuzeiros portugueses não eram, por isso, empregues em exclusivo pelo *Estado da Índia*. Ambos encontraram um mercado recetivo em diversas partes da Ásia, onde as fontes lusas confirmam que o uso de armas de fogo era corrente⁶.

Como dissemos, há poucos trabalhos sobre mercenários portugueses na Ásia (Cruz, 1986; Subrahmanyam, 1993: 269-74). Sabe-se ainda menos sobre o tema específico dos mercenários arcabuzeiros. As fontes tendem a agrupá-los com os bombardeiros, sem fazer grandes distinções. Os portugueses começaram a servir em exércitos asiáticos pouco depois da chegada de Vasco da Gama à Índia (1498) (Subrahmanyam, 1987; Eaton e Wagoner, 2014). Na batalha de Raichur (1520), entre o sultanato de Bijapur e o reino de Vijayanagar, no Sul da Índia, havia já cerca de vinte arcabuzeiros lusos do lado de Vijayanagar. No século XVI, exércitos indianos empregariam regularmente mercenários portugueses, tanto arcabuzeiros como bombardeiros. Enquanto especi-

⁵ Fernão Mendes Pinto, a mais conhecida testemunha literária deste mundo, foi membro dos quatro grupos em momentos distintos da sua carreira na Ásia: depois de uma vida aventureira de mercador, pirata e mercenário, tentou fazer-se jesuíta, embora não tenha chegado a ser ordenado.

⁶ Um tal Francisco Lima escreveu ao rei em 1548 queixando-se da morte de vinte portugueses num ataque à costa de Hadhramaut, na Arábia do Sul. Todos tinham morrido de tiros de arcabuz, pois «ja todo mundo he cheo d'espimgardas» (ANTT, CC/2/241/88, fl. 1r).

alistas em armas de fogo, competiam com mercenários otomanos, os seus principais rivais na região (Parker e Subrahmanyam, 2008: 21-24).

A zona onde os mercenários portugueses têm chamado mais a atenção dos historiadores, contudo, é a Ásia do Sueste continental (Charney, 1993; Guedes, 1994; Flores, 1995; Galen, 2008; Charney, 2011; Trakulhun, 2011; Mukherjee, 2018). Nos atuais Bangladesh, Tailândia e Myanmar, exércitos locais empregaram tropas portuguesas em números que chegavam, às vezes, às centenas. Não apenas isso, alguns dos comandantes destes contingentes lograram talhar para si posições de importância nas cortes asiáticas, como Diogo Soares Melo, no Pegu, e Domingos de Seixas, no Sião (Flores, 1995: 103-15). Isso mostra como aptidões militares especializadas podiam ser um ativo de peso em disputas por poder. É significativo que os principais rivais destas figuras tenham sido mercenários levantinos com especialidades semelhantes. Mais uma vez, portugueses e otomanos, ou levantinos, aparecem como competidores diretos, no papel de agentes difusores de conhecimento militar especializado.

É possível que casos semelhantes de mercenários portugueses guindados a posições de poder tenham ocorrido alhures. Já se referiu atrás a situação na Índia, mas também no arquipélago malaio-indonésio há sinais de uma presença significativa destes soldados da fortuna. Por exemplo, sabe-se, por via neerlandesa, que, no fim do século XVI, o rei de Banten, em Java, morreu em combate em Palembang, na vizinha Samatra. Os responsáveis tinham sido bombardeiros portugueses ao serviço de Palembang (Rouffaer e Ijzerman, 1925: 17).

Já o que sucedeu no Norte do Golfo de Bengala, na viragem do século XVI para o XVII, parece ter sido excepcional. Aproveitando-se de uma situação de indefinição e tumulto, Filipe de Brito de Nicote e Sebastião Gonçalves Tibau, dois comandantes mercenários portugueses, estabeleceram na região dois domínios costeiros independentes, de curta duração, apoiados em hostes de compatriotas (Guedes, 1994: 121-70; Galen, 2008: 78-93 e 107-14). Nos dois casos, os reinos vizinhos apressaram-se a reagir, pondo um fim rápido a ambas as aventuras (no caso de Tibau, com a ajuda da neerlandesa VOC, recém-chegada à região). No entanto, os dois episódios dão uma ideia da importância potencial das aptidões militares dos mercenários a atuar por sua conta além das fronteiras do *Estado da Índia*.

Apesar das lacunas da investigação existente, parece, assim, possível concluir que os mercenários portugueses na Ásia do Sueste continental gozariam de uma importância acima do que o seu pequeno

número faria esperar, pelo menos, em parte, devido à sua aptidão no uso de armas de fogo. Contudo, afigura-se difícil saber se a artilharia era mais ou menos importante que as armas de fogo individuais. Fosse como fosse, o impacto dos dois tipos de armas na região não parece ter sido “revolucionário”. A historiografia estabelecida sobre o tema concluiu que não tiveram um efeito transformador sobre os modos preexistentes de fazer a guerra. Foram antes adotadas na medida em que foi possível adaptá-las às práticas militares dominantes (Andaya, 1993: 388-90; Charney, 2004: 71-72). Isto replica o que parece também ter sido o caso na Índia, pelo menos quanto às armas de fogo individuais (Subrahmanyam, 1987)⁷.

Na Ásia Oriental, pelo contrário, as armas de fogo individuais introduzidas pelos portugueses parecem ter tido um impacto maior. A atestá-lo está o bem conhecido caso da adoção e rápido desenvolvimento do arcabuz no Japão. Têm também vindo à luz dados importantes sobre o uso inovador da mesma arma por tropas chinesas e coreanas (Andrade, 2016: 166-87). Os portugueses introduziram as armas de fogo individuais no Japão, na década de 1540, mas o seu papel não foi além disso. Ao contrário dos japoneses, os chineses já conheciam as armas, mas acharam os novos tipos trazidos pelos portugueses uma melhoria em relação àqueles que usavam. Como os japoneses, porém, não precisaram de mais nada dos lusos, a não ser a introdução das próprias armas. No seu caso, esta nem se terá feito por contacto direto: os arcabuzes de novo tipo, trazidos para a Ásia pelos portugueses, chegaram à China antes dos próprios portugueses. Não houve, assim, na Ásia Oriental, nada de comparável ao emprego em larga escala de mercenários e fundidores lusos na Ásia do Sueste e na Índia. O que mostra que, sendo embora os arcabuzeiros portugueses, por vezes, muito procurados, não eram indispensáveis à disseminação das armas.

O impacto destas armas de origem portuguesa nas culturas militares chinesa, coreana e, sobretudo, japonesa, fez com que os historiadores as tenham valorizado mais do que no caso da história do *Estado da Índia*, onde, como já vimos, ocupam um distante quarto lugar, atrás de navios, fortalezas e canhões. Geoffrey Parker, como também vimos, mencionou os navios, as fortalezas e os canhões portugueses, no seu famoso livro sobre a revolução militar, mas impressionaram-no, igualmente, a adoção e desenvolvimento dos arcabuzes portugueses pelos

⁷ Richard Eaton e Philip Wagoner defenderam que a artilharia trouxe mudanças importantes à guerra na Índia (Eaton and Wagoner, 2014).

japoneses (Parker, 1996: 140). Para ele e para outros, o Japão aparece como um caso extremo de como armas de fogo de origem lusa tiveram efeitos transformadores importantes nas práticas militares estabelecidas.

É tentador comparar este tipo de efeito transformador com a função supostamente mais limitada das armas de fogo individuais, quando empregues pelas tropas do próprio *Estado da Índia*. A relutância dos portugueses em serem arrastados para a guerra em campo aberto teria limitado o potencial evolutivo das armas, que teria sido melhor aproveitado por outros, como na China e no Japão. Nós próprios, neste artigo, defendemos ser necessário rever algumas assunções tradicionais sobre o “atraso” dos portugueses no campo, pelo que esta oposição talvez seja um pouco simplista. De qualquer modo, há que dizer que não foi intenção do presente artigo revelar aspetos “modernos” desconhecidos da infantaria do *Estado*. A nossa intenção foi, pelo contrário, frisar que o emprego de arcabuzes e mosquetes pelos portugueses dos séculos XVI e XVII não deve ser julgado de acordo com a adequação a um modelo de desenvolvimento militar baseado em critérios de “modernidade”. O emprego contínuo e a alta procura permanente de arcabuzes e mosquetes pelas tropas do *Estado da Índia*, basta para asseverar a sua importância para os portugueses, independentemente de eles os terem usado ou não de acordo com as novas técnicas então em desenvolvimento na Europa Ocidental e também na Ásia Oriental.